



A IMPLEMENTAÇÃO DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL EM 1964 EM PERSPECTIVA INTERNACIONAL: A AMÉRICA LATINA E O IMPÉRIO

Luciano Daudt da Rocha *

Resumo: Este texto trata das relações interamericanas no contexto da implementação da ditadura civil-militar no Brasil, discutindo o papel da América Latina no processo de expansão da hegemonia dos Estados Unidos no sistema internacional a partir dos desdobramentos do pós-guerra. A expansão imperial dos Estados Unidos segue uma lógica histórica de simbiose dos valores nacionais com as ações de política externa, na intenção de salvaguardar os interesses em torno da segurança e da defesa dos interesses comerciais dos Estados Unidos no sistema internacional. A eclosão do conflito leste/oeste no contexto global, somado às buscas por alternativas de integração e desenvolvimento dos países latino-americanos acabaram por reorientar as políticas de intervenção do Império na região, sendo o Brasil caso pioneiro de uma estratégia imperial de intervenção branda naquele contexto. As reflexões desenvolvidas aqui pautam estudos seguintes sobre a operacionalização da intervenção imperial em Estados nas primeiras décadas do século 21.

Palavras-chave: Império norte-americano; América Latina; Integração; Intervenção; Ditadura civil-militar brasileira.

Abstract: This paper is about the interamerican relations in the moment of the implementation of civil-military regime in Brazil, in 1964, discussing about the Latin America inside the US hegemony process in international system. The US imperial process mix the national values and the foreign policy, intending save the national interests about homeland security and US economy in the international system. The advent of east/west conflict and the searches for integration and development alternatives in Latin America changed the imperial intervention polices, and Brazil appears as a first case of a new strategy of soft intervention in that time. The analysis developed in this paper are important to the next studies about the imperial intervention polices in the beginning of 21st century.

Keywords: US Empire; Latin America; Integration; Intervention; Civil-Military Brazilian Regime.

* Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul,
Tubarão, SC, Brasil.

Mestre em Educação pela Universidade Federal de
Santa Catarina (UFSC).

Doutorando em História pela Universidade Federal de
Santa Catarina (UFSC).

Professor de Relações Internacionais na Unisul
Pesquisador do Grupo Interdisciplinar de Pesquisas em
Relações Internacionais da UNISUL (GIPART).

E - mail: lucianocoordenacao@gmail.com

DOI: 10.19177/memorare.v4e32017159-179



REVISTA
MEMORARE


www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

1. Apresentação do debate

No contexto americano, podemos perceber Estados com diferentes graus de soberania e poder de ação no sistema internacional. Contando, na atualidade, com Estados débeis até uma superpotência, o cenário do continente permite identificar projetos de integração como exercícios de hegemonia e como estratégias para o fortalecimento de Estados na perspectiva da construção da contra-hegemonia, com base em projetos de autonomia no sistema internacional, associados ao desenvolvimento dos países periféricos e semiperiféricos do subsistema americano. Porém, a busca pela autonomia por parte destes países não tem sido encarada de forma passiva pelos Estados Unidos da América, que, ao longo de sua história, têm procurado expandir sua dominação hegemônica pelo continente, dentro do processo de expansão de sua hegemonia por todo o globo, uma clara ação de Império (ANDERSON, 2015).

Ao longo da história das relações interamericanas, percebemos que quanto mais os países periféricos e semiperiféricos avançam em agendas economicamente mais nacionalistas, ou seja, quanto mais tentam construir caminhos seguindo seus interesses nacionais, maior é a interferência do Império com vistas a criar a desestabilização dos governos e das estruturas que o sustentam.

O texto a seguir foi escrito para compor um conjunto de estudos destinados a debater o processo de implementação e exercício de uma ditadura de tipo civil-militar no Brasil a partir de 1964. Mesmo com essa perspectiva em tela, os recentes acontecimentos no Brasil em 2016, que culminaram em um golpe de Estado travestido de processo parlamentar/constitucional, motivam igualmente a construção desta reflexão. A perspectiva com a qual trabalharemos ao longo das páginas envolve a compreensão de que os recentes acontecimentos no Brasil, assim como a deflagração de uma ditadura de tipo civil-militar em 1964, obedecem a uma lógica de dominação hegemônica por parte das ações imperiais dos Estados Unidos, como descreve Anderson (2015) em seu recente estudo, envolvendo os acontecimentos em um único arco histórico.

Cada contexto, obviamente, guarda suas particularidades. Em 1964, o contexto de Guerra Fria deu o tom dos acontecimentos. Nos dias de hoje, o discurso contra a corrupção e a moralidade política e social, o “fracasso” das esquerdas no poder. Mas é



possível entendermos que ambos os processos no Brasil e em outros países da América Latina, tanto hoje quanto na Guerra Fria, obedecem à lógica imperial de implementação em escala global dos valores que são discursados pelos norte-americanos, a saber a democracia e a constitucionalidade, as liberdades das pessoas, o liberalismo econômico.

Para que possamos argumentar neste sentido e contribuir com a discussão proposta para os estudos aqui reunidos, a ideia é debater as recentes e as passadas experiências de atentados à democracia no Brasil relacionadas à lógica de expansão imperial dos Estados Unidos ao longo da história das relações internacionais, procurando perceber de que maneira os discursos de expansão dos valores norte-americanos forjaram instrumentos de intervenção no cenário brasileiro da ditadura civil-militar iniciada em 1964. Para que possamos estabelecer um diálogo mais claro com os leitores, este artigo está estruturado em três debates principais: inicialmente, a questão da universalidade dos valores dos Estados Unidos desde os fundadores do país e como esse discurso nacional possui uma relação simbiótica com a expansão imperial; em um segundo momento, trataremos da discussão sobre as relações interamericanas na perspectiva dos desdobramentos da expansão imperial dos Estados Unidos e como essa expansão reflete na América Latina; e, para finalizarmos o debate proposto, refletiremos sobre as ações dos Estados Unidos frente às crescentes iniciativas de desenvolvimento emanadas da América Latina e na busca dos países da região pela autonomia na definição de suas políticas externas em relação às oposições da Guerra Fria; as considerações finais amarram o contexto internacional debatido no artigo à implementação da ditadura civil-militar no Brasil.

2. A universalidade dos valores norte-americanos: a simbiose entre a construção da nação e a construção do Império

A ação imperial dos Estados Unidos sobre a América não deve ser compreendida destacada das interpretações da expansão da hegemonia deste país no sistema internacional. O percurso da política externa estadunidense está historicamente relacionado às doutrinas que orientaram a formação dos Estados Unidos como nação, remontando o tempo do rompimento com o sistema colonial inglês. A política externa foi se desenvolvendo junto à consolidação dos valores norte-americanos na mentalidade



do seu povo, e, a partir destes valores, a população passa a compreender a si própria na medida em que estabelece seus critérios de relações com os demais povos do mundo. A população das treze colônias já trazia consigo uma tradição religiosa bem enraizada desde sua saída do reino, e os valores que justificavam a separação da Inglaterra transformariam a jovem nação em um caso único até então na história da humanidade.

Na tradição inaugurada por George Washington e pelos demais “fundadores da nação” – Thomas Jefferson e Alexander Hamilton entre os mais destacados –, os valores da democracia liberal e do liberalismo econômico conferiram ineditismo histórico à formação dos Estados Unidos da América. Como uma síntese perfeita das ideias burguesas do iluminismo, a Revolução Americana apresentava-se diferente de tudo que existia: uma nação livre de tradições atrasadas do feudalismo; um governo republicano e uma democracia representativa; um modelo federalista de organização do Estado, que respeitava as tradições e conferia espaço privilegiado às oligarquias locais; um modelo liberal de relações comerciais, livres de entraves metropolitanos e sem nenhuma obrigação para com o Velho Mundo.

Embora o coroamento da hegemonia estadunidense sobre os países capitalistas tenha se dado a partir dos desdobramentos das guerras mundiais, a estruturação de um projeto de hegemonia global faz parte da nação estadunidense desde o momento da fundação do país. Os Estados Unidos buscam a construção da liderança e a construção de um exemplo mundial desde sua fundação, naquilo que Cristina Pecequillo (2012) apresenta como a “Tradição de Washington”, de forma a exercer a liderança comercial, militar e de coordenação política do continente americano e, posteriormente, do globo.

As argumentações da autora apoiam-se no entendimento que já na elaboração da Constituição dos Estados Unidos havia a combinação entre elementos da política interna e das ações externas dos Estados Unidos. A combinação é costurada pela autora como uma necessidade de “ensinar pelo exemplo”, como uma espécie de farol da humanidade. Noções como “um império, sob vários aspectos, de maior interesse do mundo”, presente no pensamento de Hamilton, e a de que a expansão da democracia é necessária encontram-se associadas à consolidação da nação.

Assim como Pecequillo, Kissinger (2015) também percebe o nascimento dos ideais que orientam a política externa dos Estados Unidos nos discursos dos fundadores da nação. De acordo com o autor, Thomas Jefferson acreditava que “os Estados Unidos



não eram apenas uma grande potência, mas um império para a liberdade – uma força em constante expansão, agindo em prol de toda a humanidade” (p. 238).

Para o autor, a estreita ligação entre a construção da nação e as ações externas dos Estados Unidos é elemento central para a compreensão da construção da ordem internacional americana:

Imbuído da convicção de que o curso que tomasse acabaria por moldar o destino da humanidade, os Estados Unidos, ao longo de sua história, têm desempenhado um papel paradoxal na ordem mundial: se expandiu através do continente alegando um Destino Manifesto enquanto negava solenemente quaisquer propósitos imperialistas; exerceu influência fundamental em importantes episódios da história ao mesmo tempo que negava qualquer motivação associada ao interesse nacional; e tornou-se uma superpotência enquanto desmentia qualquer intenção de pôr em prática uma política de poder. A política externa americana tem refletido a convicção de que seus princípios domésticos eram claramente universais e de que sua implementação era sempre algo positivo; de que o verdadeiro desafio do engajamento americano no exterior não era a política externa no sentido tradicional, mas um projeto de disseminação de valores que, na sua visão, todos os povos aspiravam a reproduzir. (KISSINGER, 2015, p. 237).

A argumentação do autor acerca do comportamento externo dos Estados Unidos revela o quão poderoso necessitou e necessita ser o discurso sobre suas atuações. Analisando o percurso histórico dos Estados Unidos e a construção de uma hegemonia que pode ser vista hoje em escala internacional, os discursos dos homens de Estado seguem uma coesão, mesmo nas justificativas encontradas para as intervenções militares que fazem no exterior. A coesão da política externa norte-americana também é defendida por Anderson (2015), que, em uma análise que rompe com as tradicionais percepções acerca do poder imperial dos Estados Unidos, apresenta a expansão da dominação hegemônica estadunidense não pelas divisões das análises em diferentes estágios de dominação, sobre a América durante o século 19, na luta contra a URSS na segunda metade do século 20, nas discussões sobre a projeção dos Estados Unidos desde o colapso do Império Soviético, mas sim como um só arco histórico, que vai desde a guerra contra o México até a guerra ao terror. Para argumentar sobre a necessidade de interpretarmos a política externa dos Estados Unidos a partir de um só arco histórico, o autor afirma que, desde muito cedo, se desenvolveu uma combinação de fatores internos e externos que pode ser explicada a partir do entendimento de que:



Aos privilégios objetivos de uma economia e geografia sem paralelos foram acrescentados dois potentes legados subjetivos, um de cultura, outro de política: a ideia (oriunda da colonização puritana inicial) de uma nação que gozava de privilégio divino, imbuída de uma vocação sagrada; a crença (oriunda da Guerra de Independência) de que uma república dotada de uma constituição de liberdade eterna havia surgido no Novo Mundo. A partir desses quatro ingredientes se desenvolveu, muito cedo, o repertório ideológico de um nacionalismo norte-americano que propiciava a passagem suave contínua para um imperialismo norte-americano [...] de excepcionalismo e universalismo. Os Estados Unidos foram um caso único entre as nações e, simultaneamente uma estrela-guia para o mundo: são uma organização historicamente sem precedentes ao mesmo tempo que servem de exemplo convincente às outras. (ANDERSON, 2015, p.13).

Com as contribuições de Kissinger (2015), Pecequillo (2012) e Anderson (2015), é possível assinalarmos que, desde os “pais fundadores da pátria”, os princípios que orientaram a construção e o desenvolvimento do país são vistos como valores universais, aplicáveis a todos os povos do mundo. Mesmo sendo apontados como isolacionistas durante o processo de construção e consolidação da nação e durante a conquista do Oeste ao longo das primeiras décadas do século 19, os valores norte-americanos foram gradativamente orientando a condução das relações internacionais do país. Servindo de inspiração e exemplo para os demais processos de rompimento com o Antigo Sistema Colonial na América, já no início do século 19, os Estados Unidos deixaram claro seu posicionamento sobre o definitivo afastamento que a Europa deveria tomar em relação à América, a “América para os americanos”, mas também anunciavam a intenção em liderar os jovens Estados que se multiplicavam pela região. A doutrina Monroe está na origem das políticas de segurança que orientam os Estados Unidos e os demais países do continente americano. O americanismo apregoava o alinhamento pretendido no continente.

A operacionalização da liderança no continente se converte em busca pela hegemonia. A partir de uma compreensão de que a nação norte-americana está destinada por Deus a servir de exemplo e liderança pelo mundo, a doutrina do Destino Manifesto orientou os “pioneiros” na expansão territorial rumo ao Oceano Pacífico durante a primeira metade do século 19, cumprindo a missão de implementar a “liberdade” que os pais fundadores da nação conquistaram na Revolução. Em nome da liberdade do povo de Deus, povos originários foram dizimados e o jovem Estado do México foi subtraído de considerável parte do seu território. O Destino Manifesto é,



portanto, uma síntese do que “é” o povo norte-americano e como se dá sua relação com os demais povos do planeta, contribuindo para a formação da simbiose entre os valores domésticos da nação e suas relações internacionais, pois tem em seu discurso a universalização dos elementos que compõem a nação, que são aplicáveis aos demais povos do planeta.

A relação simbiótica entre os valores da nação e as ações de política externa dos Estados Unidos se explica, principalmente, pela defesa dos interesses nacionais. Numa visão idealista, o estabelecimento das liberdades e da democracia poderia trazer paz ao mundo e, dessa forma, a segurança da nação e os interesses nacionais dos Estados Unidos estariam garantidos. Para cumprir com os interesses, a expansão dos valores da nação se converteu em uma série de ações internacionais. A busca pela hegemonia internacional dos Estados Unidos pode ser interpretada como descrita por Nye (2002), composta por três pilares, o estrutural, o institucional e o ideológico, o que corresponde aos poderes *hard*, *soft* e *cooptive*.

No pilar estrutural, é mister a expansão do modo de produção capitalista e a das práticas do liberalismo econômico, que já vinha sendo exercido pelo Reino Unido, durante sua hegemonia sobre o sistema internacional no século 19 (KISSINGER, 2015; LESSA, 2008). O compromisso com a expansão do sistema capitalista sob a liderança dos Estados Unidos, tornar o mundo um lugar seguro para o capitalismo, se consolida a partir dos desdobramentos das guerras mundiais e, segundo Anderson (2015), foi elemento essencial na ordem internacional estruturada sob a gestão de Franklin Roosevelt. Somado a isso, o autor coloca como central para o estabelecimento do poder hegemônico a defesa da Europa Ocidental e o disciplinamento e alinhamento das potências do Eixo, derrotadas na guerra findada em 1945¹. Alianças militares foram construídas neste sentido. A OTAN² e o alinhamento do Japão aos interesses dos Estados Unidos serviriam não só para garantir a paz e a estabilidade nestes contextos, como também para a contenção da União Soviética e da possível expansão do socialismo.

¹ Para tal, os planos para a construção da integração ocidental europeia deveriam necessariamente incluir a Alemanha Ocidental. Na Ásia, a intervenção sobre o Japão e sua reinserção como país aliado aos Estados Unidos se tornaram pautas fundamentais para o disciplinamento pretendido pelos Estados Unidos na organização da ordem internacional do pós-guerra.

² Organização do Tratado do Atlântico Norte, aliança militar intergovernamental, criada em 1949 pelos Estados Unidos e Canadá e países da Europa Ocidental. No contexto da Ordem Internacional da Guerra Fria, a OTAN servia de instrumento para construir a segurança da Europa ocidental contra uma possível expansão soviética.



No pilar institucional, a ordem internacional dos Estados Unidos obedece à tradição Wilsoniana, que propõe uma ordem internacional com base na construção da cooperação entre as nações, voltada para a construção da segurança coletiva e para o exercício do livre comércio (KISSINGER, 2015; ANDERSON, 2015). Para isso, foi criado um conjunto de Organizações Internacionais Governamentais, com especial destaque para o sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), que reúne, em seu conjunto de estruturas e agências, uma série de atribuições tanto de defesa, promoção da cooperação para assuntos econômicos e sociais, ambientais e de direitos humanos. A amarração da economia capitalista à liderança norte-americana foi conseguida por meio da arquitetura que se aplicou na construção das instituições de Bretton Woods, a qual dava controle institucional do capitalismo aos Estados Unidos, contrariando as pretensões de Reino Unido e demais atores da Europa Ocidental (HOBSBAWM, 1995). As Organizações Internacionais são excelentes instrumentos de cooptação de países, pois, ao serem constituídas por adesão e vontade dos Estados nacionais, se tornam poderoso instrumento de política externa para as potências (SEITENFUS, 1997). No caso das Nações Unidas, o peso da hegemonia dos Estados Unidos tem dado o tom de muitas das negociações e das intervenções feitas ao longo da história desta organização. Cabe ressaltar que a Europa Ocidental se submete ao Império com vistas a garantir sua segurança, sua estabilidade política e econômica, garantidas através da aliança militar com os Estados Unidos e do Plano Marshall (ANDERSON, 2015). No caso das Américas, a construção de Organizações Internacionais se consolida no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), em 1947, e a seguinte consolidação da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948 (PINHEIRO, 2012)

No pilar ideológico, a ordem internacional que estava sendo gestada sob liderança dos Estados Unidos estava orientada pela criação de um consenso popular em torno da ideologia imperial, mesmo que não unânime no plano doméstico, e um poder de atração, mesmo que não onipresente, no plano externo (ANDERSON, 2015). Para isso, uma política de construção de consensos intensa acerca do combate aos inimigos dos valores universais dos Estados Unidos logrou uma série de estratégias operacionais, como a imprensa nacional e internacional, o cinema e a exploração da cultura de massa, os programas de assistência, a ação nas Organizações Internacionais.



A simbiose entre os valores nacionais dos Estados Unidos e suas ações imperiais pôde ser percebida na postura adotada pelo país durante a segunda guerra mundial, momento em que os Estados Unidos consolidam sua hegemonia sobre os países capitalistas. Entendendo como vital a expansão dos valores do livre comércio pelo mundo para a segurança dos seus interesses, a elite empresarial norte-americana passou a ver como desastroso um possível sucesso alemão, pois isso, numa aliança com o Japão, inviabilizaria a expansão do comércio norte-americano pela Ásia e pela Europa Ocidental. Ao mesmo tempo, uma vitória britânica fortaleceria ainda mais o bloco da libra esterlina.

Após a confirmação da aliança com Moscou e Londres na guerra, os cálculos do campo de batalha passaram a ter prioridade, em vista da necessidade urgente de impedir o bloqueio dos fluxos de comércio dos Estados Unidos. Porém, a vitória do bloco aliado contra o Eixo não ofereceu a segurança necessária para o capitalismo sob a liderança dos Estados Unidos. O avanço soviético sobre a Europa Oriental e sobre Berlim e os posteriores eventos que deflagram a bipolaridade e os conflitos da guerra fria alterariam o cálculo das estratégias imperiais. A expansão do liberalismo econômico passou a ser segundo plano em face da necessária e urgente contenção e eliminação da União Soviética, vista como um inimigo muito mais radical do que o fascismo havia sido, devido não só ao seu “desrespeito” à propriedade privada dos meios de produção mas também como uma força dedicada a destruí-la (ANDERSON, 2015).

Para enfatizar a urgência da contenção e eliminação do socialismo e da União Soviética, o autor aponta para o fato de que fora da esfera de influência soviética, as lutas anticoloniais do Oriente Médio e sudeste asiático corriam o risco de facilmente se converterem em lutas anticapitalistas e que ações fora do centro do capitalismo eram mais do que urgentes. Portanto, era mister realizar nos demais perímetros do Império o que há muito era feito na América: independência formal, mas redução a países clientes dos Estados Unidos.

A ideia da expansão das democracias e do modelo norte-americano é interpretada pelos autores como um discurso de “dominação de caráter benigno” (PECEQUILLO, 2012, p. 4), de que “a expansão dos Estados Unidos e o sucesso de seus esforços coincidiam com os limites dos interesses da própria humanidade” (KISSINGER, 2015, p. 238), um “império por convite, livremente procurado na Europa



Ocidental a partir do medo de uma agressão soviética” (ANDERSON, 2015, p. 46), um convite cuja recusa não era uma opção, especialmente no caso das semiperiferias e periferias do sistema internacional.

A política externa norte-americana, a partir desse discurso, se opunha fortemente às ideias que não tinham no liberalismo econômico e na democracia os seus pilares civilizacionais. Assim, em diferentes momentos da história, os esforços para consolidar os ideais da nação norte-americana atrelados às ações externas dos Estados Unidos encontraram rivais ameaçadores da liberdade de um “povo escolhido pela providência divina” a civilizar o mundo e estabelecer um império de liberdades. No século 19, os obstáculos a esse projeto foram as ameaças de recolonização da América e o fantasma da intervenção europeia; na era das guerras, os fascismos japonês e alemão; na Guerra Fria, o Império Soviético e sua possível expansão; nos dias atuais, o fundamentalismo religioso de povos não ocidentais, “hostis” à democracia e às liberdades.

3. A América para os americanos: segurança, integração econômica e a expansão hegemônica dos Estados Unidos sobre o Novo Mundo

Em específica relação à expansão dos valores do Império pelo continente americano, os avanços no sentido de construção da liderança são vistos historicamente nas relações interamericanas: da política de segurança comum do século 19, a doutrina Monroe, ao arrefecimento desta doutrina a partir de intervenções “necessárias” durante o corolário Roosevelt, na virada para o século 20; na evolução de fóruns políticos/diplomáticos de concertação, desde as conferências Pan-Americanas, iniciadas em 1889, até a construção da OEA, em 1948; e na construção de uma área de livre comércio na América do Norte, proposta iniciada em 1994, e nas propostas de expansão do livre comércio para todo o continente na virada para o século 21, embora esse debate tenha se iniciado já na primeira conferência Pan-Americana. (CERVO e BUENO, 2012; KISSINGER, 2015).

No contexto das independências da América na primeira metade do século 19, o receio de projetos europeus de recolonização orientou a construção da doutrina Monroe. Para isso, arrogaram para si a responsabilidade pela defesa do continente coordenadamente com parceiros regionais. É neste contexto que ocorre a expansão para



o Oeste e o início das ações imperialistas dos Estados Unidos sobre regiões da América do Norte, especialmente nas guerras de conquista dos territórios que pertenciam ao Estado independente do México. Sobre tal aspecto, Kissinger (2015) aponta que a nação estava realizando aquilo que fora dela se chamava de imperialismo, mas que os norte-americanos preferiam afirmar que estavam levando a cabo sua expansão para o Oeste com base na realização do destino manifesto.

Sobre o movimento de combinação dos interesses internos e na crença na divina providência, Lessa (2008) argumenta que, para realizar sua expansão para o Oeste no século 19, os Estados Unidos necessitaram negociar (ou tomá-los à força) territórios com Espanha, Inglaterra, França, México e Rússia. O inimigo número 1 eram os Estados europeus, atrasados no sentido de não terem conseguido dar unidade aos povos ocidentais e cristãos. No século 19, os Estados Unidos consideravam a Europa uma região instável pela existência de uma balança de poder oportunista, que não garantia a manutenção da paz, muito menos a expansão dos valores da democracia ocidental. Com base neste discurso, Kissinger (2015) aponta que a estratégia de se afastar da balança de poder europeia e manter seu foco na consolidação de seu território e na expansão da sua influência para toda a América orientou a política externa dos Estados Unidos até o início do século 20.

No caso das Américas, a geopolítica do século 19 foi marcada pela necessidade de consolidação das independências e afastamento de possíveis interferências europeias diretas na região, disputas hegemônicas no subsistema sul americano por meio de negociações limítrofes e disputas por influências sobre atores menores, como foi o caso das relações entre Brasil e Argentina desde os seus processos de independência.

Em relação à América do Sul, a atuação dos Estados Unidos foi pouco sentida, por exemplo, nos debates sobre as relações dos países do Prata. Ainda que, nesta região, possamos ter visto uma maior inclinação para as influências de países europeus e não dos Estados Unidos, as relações do Cone-Sul com a Europa não parecem ter aberto possibilidades de recolonização ou algo do tipo. As relações com os países europeus se deram no âmbito do liberalismo econômico, ou seja, eram mais sobre a tratativa e observância de acordos internacionais de comércio e arbitragem em disputas fronteiriças, ou seja, nada que indique um plano claro de recolonização que fizesse



necessário o exercício de pôr em prática os princípios da doutrina Monroe (CERVO E BUENO, 2012).

Sobre o norte da América do Sul e América Central, o destino manifesto dos Estados Unidos começou a ser sentido imediatamente após a conquista do Golfo do México e da costa do Pacífico, em 1848. Sobre o movimento expansionista norte-americano, os autores consideram que:

Obedecia esse poderoso movimento a interesses econômicos, pressões demográficas, preocupações de política interna (os sulistas queriam mais estados escravocratas) e componentes de psicologia coletiva consubstanciada no “destino manifesto”, uma poderosa fórmula expansionista. Desde 1848, depois de anexados o Texas, a Califórnia, o Novo México, Utah, Nevada e Arizona, a expensas do México, os Estados Unidos dirigiam-se para o oriente, América Central e Caribe. No Panamá, entraram em conflito com a Inglaterra, que não aceitava a construção do canal sobre responsabilidade exclusiva e um novo Texas na América Central. Ambos recuaram. Em Cuba, a Espanha freou o ímpeto expansionista, que se deslocou para a Amazônia, cuja salvação esteve a cargo exclusivamente do governo brasileiro. (CERVO e BUENO, 2012, p. 79).

Em relação ao norte da América do Sul, com foco na região amazônica, os planos de expansão a partir dos anos 1850 focavam na abertura da bacia amazônica para a navegação internacional, somando-se, neste caso, aos interesses semelhantes de países europeus como Inglaterra e França (em virtude das Guianas) e países fronteiriços. Os Estados Unidos também almejavam acessar terras para o estabelecimento de empresários, colonos e escravos (CERVO e BUENO, 2012).

Por mais que as agendas para Cuba e Panamá tenham sido temporariamente suspensas na década de 1850, cabe salientar que elas foram concretizadas respectivamente na última década do século 19 e primeira década do século 20, período de arrefecimento da doutrina Monroe, que encontrou maior expressão no Corolário Roosevelt. A independência de Cuba e a construção do Canal do Panamá impõem a hegemonia dos Estados Unidos na América Central.

A partir do final do século 19, especialmente na última década, as relações internacionais vinham passando por intensas transformações que modificaram substancialmente o cenário para o século 20. No campo econômico, os Estados Unidos já despontavam como potência industrial e projetavam-se com um competidor internacional de peso. O crescimento dos Estados Unidos como potência econômica ofereceu condições para o exercício de uma política externa hegemônica sobre a



América e as primeiras tratativas de integração econômica foram ponto de pauta na I Conferência Pan-americana, em 1889, quando o projeto de uma união aduaneira e a adoção de uma moeda comum foi apresentado pelos Estados Unidos, sofrendo forte oposição da Argentina (DORATIOTO, 2012).

Cervo e Bueno seguem contribuindo quando discutem que, no contexto do corolário Roosevelt, a pretensão hegemônica dos Estados Unidos já estava evidente na visão de personalidades como o Barão do Rio Branco, que via a atuação dos Estados Unidos como algo que misturava respeito e terror. Sobre a fase, assinalam:

Concebida originalmente como proteção e não ingerência, a Doutrina Monroe foi transformada em justificativa para sancionar intervenções em países latino-americanos abrangidos pela ampliação da área de segurança norte-americana. Ao afirmar o afastamento da ingerência europeia no hemisfério, invocando a doutrina, o presidente Theodore Roosevelt (1901-1909) colocou, unilateralmente, a América Latina no subsistema internacional de poder liderado pelos Estados Unidos. (CERVO e BUENO, 2012, p. 94).

A inserção da América Latina no subsistema internacional de poder norte-americano, como temos procurado demonstrar, foi sendo construída de forma gradativa, a partir de um discurso de segurança e de laços de americanismo. A temática da integração do continente e a consequente expansão da hegemonia norte-americana tem se desenvolvido de forma tortuosa ao longo dos séculos 20 e 21. Sobre o processo de desenho da integração americana, Bueno (2004, p. 70) considera que:

A Conferência, todavia, criou uma associação permanente das repúblicas do continente, sob a denominação de “União Internacional das Repúblicas Americanas”, em 14 de abril de 1890. Era uma organização frouxa, destinada a compilar e distribuir dados relativos ao comércio continental. Para isto, criou-se o “Bureau Comercial das Repúblicas Americanas”, sediado em Washington [...] O *bureau* deveria ainda organizar as conferências pan-americanas. Uma “união” frouxa e um modesto *bureau*, mas permanentes. Este, aos poucos, teve suas atribuições ampliadas pelas sucessivas conferências do mesmo gênero e transformou-se num agente do comércio norte-americano. Ambas as instituições são as antecessoras da atual Organização dos Estados Americanos. Cumpre ainda registrar que a ideia da criação de um organismo financeiro continental remonta às primeiras conferências internacionais americanas.

A intenção da criação de um organismo financeiro continental foi materializada pela Secretaria Internacional das Repúblicas Americanas, que, segundo o autor, esteve



subordinada aos interesses norte-americanos, pois esta foi sendo dotada de poder sobre os assuntos que dissessem respeito ao comércio interamericano e oportunidades de investimentos. A flagrante subordinação desta instituição aos interesses dos Estados Unidos foi sendo percebida nas conferências seguintes, gerando desconfiança constante no conjunto de países da América.

Os projetos norte-americanos de liderança política e comercial no continente, expressos na doutrina Monroe e no Corolário Roosevelt, não foram aceitos passivamente pelos demais países do continente. Projetos alternativos de integração e de política externa dos países latino-americanos foram sendo debatidos e defendidos ao longo da história das relações interamericanas.

Sob a perspectiva latino-americana, as ideias de integração remontam o contexto de formação dos Estados e encontram sua maior expressão nas propostas bolivarianas. As tentativas de integrar a América numa confederação de Estados foram debatidas pela primeira vez no Congresso do Panamá em 1826, evento que não contou com a participação dos Estados Unidos nem do Brasil. A participação destas duas nações dificultava a aceitação da integração, que, naquele momento da História, foi suspenso (CERVO e BUENO, 2012).

No início do século 20, com o propósito de neutralizar as tensões entre Argentina, Brasil e Chile no Cone-Sul, é lançada a proposta do pacto ABC, pacto de coordenação política e arbitragem entre os três Estados, que, embora tenha atuado com algum êxito durante as tensões entre Estados Unidos e México na década de 1910, não chegou a estruturar-se como algo institucionalizado e permanente. A proposta voltaria a ser discutida na década de 1930, mas não logrou êxito (CERVO e BUENO, 2012; DORATIOTO, 2012).

Os desdobramentos da segunda guerra mundial ofereceram situações em que os Estados Unidos puderam costurar uma política de segurança para os Estados da região. Da neutralidade ao rompimento das relações com os países do Eixo, somente a Argentina apresentou resistência temporária. Durante o reordenamento internacional ocorrido no pós-guerra, a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) em 1947 era uma das alianças que os Estados Unidos montaram na estratégia de contenção do socialismo na Guerra Fria. O Tratado demonstrava a unidade do continente em torno da ideia de segurança coletiva e servia de defesa contra a União



Soviética no hemisfério ocidental (PINHEIRO, 2012). O ambiente também favoreceu a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização Internacional de caráter regional que herda a tradição das Conferências Pan-Americanas e de outras agências internacionais criadas por suas inspirações. Estava montado o sistema americano com base em relacionamentos que remontam a construção dos Estados.

A estruturação de um sistema hemisférico sob liderança norte-americana é parte orgânica de um império que se apresentava mundial, ou para o mundo capitalista. A responsabilidade da hegemonia sobre a América veio acompanhada da igual responsabilidade da hegemonia sobre o mundo, e, como nos indica Anderson (2015), as prioridades estavam na recuperação econômica e na segurança da Europa Ocidental, do Japão e nas estratégias de contenção e eliminação da União Soviética. Os perímetros da Guerra Fria não tardariam por se manifestar.

4. Subdesenvolvimento, Socialismo, Política Externa Independente: um continente fora de controle?

A desigualdade social secular da América trouxe o debate do desenvolvimento para a pauta dos países americanos, especialmente após a criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), no âmbito da Organização das Nações Unidas, em 1947. Neste contexto, até a instalação das ditaduras a partir dos anos 1960, o desenvolvimento e a integração dos países latino-americanos estiveram presentes no cotidiano dos assuntos internacionais dos Estados. Pinheiro (2012) demonstra que o período inaugurado em 1945 foi de fundamental importância para a consolidação de uma identidade latino-americana. Para a autora, a atuação da diplomacia brasileira teve importante papel para esta consolidação, tendo em vista a coordenação de ações que visavam atender aos interesses dos países da região. No contexto do início da Guerra Fria, a política de *negligência benigna* dos Estados Unidos em relação à América Latina mostrava claros sinais de desaprovação, devido à pressão social provocada pelo enorme abismo entre ricos e pobres no continente.

O presidente Eisenhower (1953-1961) recebeu do ex-presidente brasileiro Juscelino Kubitschek (1956-1960) propostas para a superação das desconfianças em relação à atuação dos Estados Unidos no continente, sintetizadas na Operação Pan-



Americana (OPA), que, numa orientação mais focada na região, propunha maior participação dos recursos norte-americanos no desenvolvimento dos países, principalmente num contexto em que era imprescindível evitar que as enormes desigualdades sociais do continente fossem terreno fértil para a expansão das ideias socialistas.

Considerada como um divisor de águas na História das relações interamericanas, ao promover pela primeira vez uma ação coordenada para o desenvolvimento, as ideias da OPA foram inspiradas no pensamento cepalino sobre o desenvolvimento, que se inserem no contexto de busca por alternativas de integração que promovessem o desenvolvimento da região. Em um movimento inicialmente resistente, os Estados Unidos traçaram a estratégia de “dividir as discussões em dois âmbitos, um de natureza econômica e outro de natureza político-diplomática. Com essa estratégia, levou o debate para o foro da OEA, afastando a CEPAL” (PINHEIRO, 2012, p. 166). Ao mesmo tempo, a OPA fomentou as discussões em torno de uma agenda própria de desenvolvimento econômico, com as conversações sobre a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC).

A autora segue argumentando que as agitações que culminaram em um golpe de Estado coordenado pelos Estados Unidos na Guatemala em 1955 e o impacto da Revolução Cubana em 1959 acenderam o alerta vermelho para a presença do comunismo no continente. Era mister a reafirmação da solidariedade dos Estados americanos e a negativa dos governos de Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Equador e México, em 1961 e 1962, em isolar o governo de Fidel Castro assim como a abstenção deste mesmo grupo no caso da expulsão de Cuba da OEA mostraram que os três maiores atores latino-americanos, acompanhados de outros três países democráticos, exerciam uma política externa não alinhada às oposições da Guerra Fria e consideravam a medida uma violação no princípio de não-intervenção preconizado na carta da OEA.

Assim, o período mais crítico da Guerra Fria fez os Estados Unidos combinarem uma proposta de reforma estrutural e social na América Latina, a Aliança para o Progresso, substituta da OPA, com vistas à redução das desigualdades sociais e promoção da liberdade política, como uma maneira de evitar que o caso cubano servisse de inspiração para outras aventuras no continente. Ao mesmo tempo, a vigilância aos movimentos dos governos nacionalistas da região, aos partidos políticos e a insistência



no combate ao comunismo foram se intensificando e a parceria das oligarquias locais e de todo o tipo de coronéis e ditadores que apoiavam os Estados Unidos em sua missão de espalhar a democracia pelo mundo foi de uma importância crucial para o desenrolar dos fatos. Silva (2012) aponta para a “tristemente célebre School of the Americas, que funcionou entre 1946 e 1984 no Panamá com a função de treinar oficiais latino-americanos em segurança, inteligência e anti-insurreição [...]” (p. 128).

O autor chama a atenção para a influência das ideias da Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949 no Brasil, nos debates sobre política externa, apontando para posições conservadoras e anticomunistas. Opostamente à ESG, surge o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) em 1955, composto por intelectuais influenciados pelo pensamento da CEPAL. O ISEB atacava o atraso das estruturas sociais no Brasil, realidade que pôde facilmente ser transposta para a América Latina e Caribe, e as relações de dependência dos países região aos Estados Unidos, criticando o Imperialismo e o Neocolonialismo.

No Brasil, os avanços dos debates em torno das reformas de base, somados a um contexto hemisférico complicado a partir dos desdobramentos da Revolução Cubana parecem ter redirecionado o *modus operandi* das intervenções no continente americano. Silva (2012) aponta para o fato de que as estratégias de intervenção precisaram ser alteradas de modo a inaugurar um novo modelo de intervencionismo norte-americano, motivado pela experiência na Guatemala em 1955, quando a fraqueza da oposição interna ao governo Arbenz imputou aos Estados Unidos um papel maior do que o planejado na deposição de um governo, cuja plataforma política era um amplo programa de desenvolvimento social centrado na reforma agrária, que expropriaria terras de empresas estadunidenses. Outro elemento que ajuda a reorientar a política de intervenções no continente é o fiasco da invasão da Baía dos Porcos, nos desdobramentos da Revolução Cubana. Apresentando como o caso pioneiro deste novo intervencionismo, o autor esclarece que

O Brasil entre 1961 e 1964 tornou-se o laboratório dessa nova abordagem. Cabia fomentar a oposição interna, fortalecer os partidos de oposição e financiar grupos da Igreja, da imprensa e de empresários para criarem as condições do golpe e que estes mesmos setores assumissem sua realização. Da mesma forma, os governos estaduais nas mãos das oposições recebiam empréstimos, auxílio e amplo material de propaganda anticomunista,



identificando o governo federal como corrompido e inepto. As relações privilegiadas entre os militares brasileiros e os militares americanos foi o instrumento básico da realização da ação dita 'revolucionária'. A atuação direta dos Estados Unidos ficaria assim resguardada e só se faria visível em caso extremo. (SILVA, 2012, p. 135, aspas do autor).

Na ocasião da estruturação da Ordem Internacional da Guerra Fria, o discurso anticomunista insistido pelos Estados Unidos carregava de forma oculta a necessidade de disciplinamento de governos que se pretendiam independentes em um contexto de acirrado conflito entre as duas superpotências. O alinhamento da América representava mais do que a unidade do continente, mas também oferecia aos Estados Unidos a segurança da sua nação e preservação dos interesses das suas elites empresariais. A unidade ideológica latino-americana foi insistida, mas não foi plenamente alcançada e a guinada ao não-alinhamento, a aliança terceiro-mundista que ocupou a agenda brasileira nos anos do presidente João Goulart (1961-1964) foram condicionantes externos para o golpe civil-militar deflagrado em 1964. A importância do Brasil no equilíbrio de poder da América do Sul e o histórico de boas relações com os Estados Unidos colocaram nosso país em evidência na agenda de Washington.

Por sua vez, os condicionantes externos, as ações do Império em sua expansão hegemônica, não podem ser considerados, segundo o autor, como determinantes no curso dos acontecimentos:

De qualquer forma, atribuir ao 'imperialismo', a origem e, principalmente, o sucesso do golpe de 1964 é um exagero indevido. Grande parte da sociedade brasileira apoiou, na primeira hora, os golpistas. Talvez possamos mesmo dizer que desejou o golpe. Instituições importantes da chamada sociedade civil, perfilaram-se, inicialmente, ao lado dos militares. [...] Da mesma forma, o conluio dos governadores das três principais unidades federais – São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais – foi determinante para a vitória dos opositores de Goulart” (SILVA, 2012, p. 140, aspas do autor)

A expansão da hegemonia norte-americana sobre a América e sobre o Brasil encontra nos golpes militares empreendidos na região um porto seguro. Regimes de exceção extremamente cruéis são implementados com vistas a salvar o continente da ameaça comunista. O que é menos evidente nos discursos norte-americanos são as necessidades da expansão do capitalismo de modelo liberal, não de outros modelos de capitalismo que pudessem estar sendo desenvolvidos. Na lógica da expansão imperial, a expansão do modelo norte-americano de capitalismo se tornou dominante (ANDERSON, 2015). A costura de organizações internacionais, planos de



desenvolvimento e tratados de assistência recíproca não foram suficientes para convencer os países da região ao alinhamento à Washington. Houve resistência não no sentido de um alinhamento à União Soviética, mas de um não-alinhamento, de uma política externa independente que intencionava dar ao Brasil e aos demais países latino-americanos maior desenvoltura em um sistema internacional bipolar.

A articulação interna das elites e o papel da imprensa como construtora de consensos acerca do cenário são questões que orientam a continuidade destas reflexões na forma de futuras pesquisas. A hegemonia dos Estados Unidos, conforme afirma Anderson (2015), precisa de aceitação da opinião pública, dentro e fora do país, e nisso a imprensa desempenha papel importante, especialmente no contexto dos anos 1960.

5. Considerações Finais

A simbiose entre os valores da nação e a política externa dos Estados Unidos orientou e continua a orientar a expansão do império norte-americano. Em nome da defesa dos valores da democracia e da expansão do capitalismo de modelo liberal, o império construiu as bases de um sistema hegemônico, que foi se impondo à América e ao mundo. Após 1945, o combate ao comunismo passou a ser defendido com vigor pela política imperial e acabou por dar o tom das relações interamericanas.

No contexto da Guerra Fria, a luta contra o comunismo e a contenção da União Soviética respondia ao discurso da necessidade de garantia da segurança da nação e dos interesses dos Estados Unidos, e, para isso, um complexo sistema de organizações internacionais, planos econômicos e tratados militares foram montados por todo o globo.

A América não foge deste contexto e por aqui temas como a integração dos países através de ideias de desenvolvimento regional, buscas pela superação do subdesenvolvimento e adoção de uma política externa independente acabaram por despertar a atenção do Império. Com o intuito de conter possíveis processos revolucionários ou de evitar a consolidação do não-alinhamento, os Estados Unidos colocaram em prática uma nova forma de intervenção, associando o fomento à oposição interna, um discurso conservador via imprensa e a associação negativa do governo



Goulart à expansão do comunismo, trazendo para a cena da intervenção o apoio de importantes setores da economia e da sociedade civil organizada no Brasil.

As leituras realizadas para a construção desta reflexão nos parecem mostrar que as estratégias de intervenção utilizadas no contexto de 1964 foram renovadas nos anos de 2010. A sequência dos estudos que seguem a reflexão, na forma do desenvolvimento da tese de doutorado do autor, procurará perceber de que maneira a grande imprensa brasileira e latino-americana serve à expansão da hegemonia imperial, dando especial destaque para as relações interamericanas no contexto dos governos nacionalistas das duas primeiras décadas do século 21, contexto em que a grande imprensa passou a associar de forma negativa os governos da região às ideias de socialismo, populismo e corrupção. Intensos ataques na imprensa, associados aos interesses das elites locais na manutenção de privilégios e na recusa da expansão das políticas sociais, em um ambiente de demonização das esquerdas, além de uma abordagem negativa em torno do aprofundamento da integração sul-americana merecerão atenção de estudos próximos, pois parecem se complementar e podem estar por trás dessa nova onda de intervenções brandas com vistas a disciplinar a região aos interesses do Império.

Referências

ANDERSON, Perry. **A Política Externa Americana e seus Teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.

BUENO, Clodoaldo. **Pan-Americanismos e Projetos de Integração**: temas recorrentes na História das relações hemisféricas (1826-2003). *Política Externa*: São Paulo, v.13, n.1 p. 65-80, 2004.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 2012.

DORATIOTO, Francisco. O Brasil no Mundo: idealismos, Novos Paradigmas e Voluntarismo. In: SCHWARCZ, Lilia M. **História do Brasil Nação**: 1808-2010 - vol. 3 - A Abertura para o Mundo. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. I ed. - Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.



LESSA, Antônio Carlos. **História das Relações Internacionais I: a Pax Britannica e o mundo do século XIX**. 3a. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PECEQUILLO, Cristina. **Os Estados Unidos e o Século XXI**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PINHEIRO, Letícia. **O Brasil no Mundo**. In: SCHWARCZ, Lilia M. **História do Brasil Nação: 1808-2010 - vol. 4 - Olhando para Dentro**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.

SARAIVA, José F. S. **Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. São Paulo: Saraiva, 2008.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das organizações internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

SILVA, Francisco C. T. **O Brasil no Mundo**. In: SCHWARCZ, Lilia M. **História do Brasil Nação: 1808-2010 - vol. 5 - Modernização, Ditadura e Democracia**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.

Submetido em: 21/06/2017. Aprovado em 25/08/2017.

